

OS PERÍODOS PRÉ E PÓS-DIVISÃO NA HISTÓRIA ECONÔMICA MATO-GROSSENSE (1970-2000)¹

Max Nunes Murtinho²

Resumo

Este artigo faz uma releitura dos resultados da divisão do Estado de Mato Grosso, com a intenção de mostrar a situação econômica de ambas as regiões antes e depois da divisão, e também, de forma concomitante, verificar se o crescimento econômico, ocorrido no estado remanescente no período pós-divisão resultou em melhoria no bem-estar da população. A análise constata que a região Norte do antigo Estado de Mato Grosso possuía uma economia menos dinâmica que a região Sul no período pré-divisão, e no período pós-divisão a situação se alterou. Na contextualização, fica explícito que o crescimento econômico ocorrido em Mato Grosso superou Mato Grosso do Sul em quase todas as variáveis econômicas. A pesquisa também aponta haver baixa correlação entre os indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico no período pós-divisão.

Palavras-Chave: Divisão de Mato Grosso, Desenvolvimento Econômico, História Econômica.

Abstract

This paper carries through a review of the results of the division of Mato Grosso, with the intention to before show to the economic situation of both the regions and after the division, and also, of concomitant form, verifies if the economic growth, occurred in the remaining State in the period after-division resulted in improvement in well-being of the population. The analysis evidences that the region North had an economy less dynamic than the South region in the period daily pay-division, and the period after-division the situation if modifies. In the contextualization it is explicit that the economic growth occurrence in Mato Grosso surpassed Mato Grosso of the South in almost all the economic variable. The paper also points to have a low correlation enters the pointers of growth and economic development in the period after-division.

Keywords: Division of Mato Grosso, Economic Development.

INTRODUÇÃO

A data de 11 de outubro de 1977 se tornou um marco na história regional, quando o então presidente da República, General Ernesto Geisel, assinou a lei complementar que determinou a divisão de Mato Grosso, criando o Estado de Mato Grosso do Sul. Essa data finalizou uma luta que se estendeu por quase um século, travada de um lado, pelos sulistas favoráveis a causa divisionista e do outro pelos nortistas que se esforçavam em impedir a consumação desse ato.

Dentro do contexto da luta pela divisão esteve inserido um debate com prós e contras. Um dos argumentos pró-divisão, utilizados pelos sulistas, era a afirmação de que o Estado vivia do que arrecadava o Sul. Passou-se também a justificar a divisão afirmando que o Sul além de sustentar o Estado com uma porção maior de renda, era desprezado politicamente pelos administradores do governo que residiam em Cuiabá³. Por fim, os divisionistas argumentavam que o Estado dividido teria melhores condições para se desenvolver regionalmente.

¹ Artigo extraído da dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação, Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento Regional da Faculdade de Economia da UFMT, em 17/05/2009 sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges.

² Mestre em Agronegócios e Desenvolvimento Regional pela Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso.

³LIGA SUL-MATO-GROSSENSE, *A Divisão de Mato Grosso, resposta ao General Rondon*. 1934.

Do lado dos nortistas é importante destacar as afirmações do ex-governador do Estado, à época em que o mesmo foi dividido, José Garcia Neto. Em uma das entrevistas realizadas sobre a divisão de Mato Grosso, deixa evidenciada sua posição contrária à divisão, e ainda chega a afirmar que Mato Grosso cresceria mesmo se não tivesse sido dividido⁴. Sua constatação se fundamenta na premissa de que o crescimento econômico registrado em Mato Grosso no período pós-divisão não se deveu a influência da divisão, mas, a outros instrumentos de política econômica, destacando, por exemplo, a colonização e os programas governamentais implantados na década de 70 no Estado.

Tendo em vista o polêmico debate travado, este artigo trata de analisar a situação da economia das regiões Norte e Sul do Estado nos períodos pré e pós-divisão. Isso porque, na primeira metade do século XX, a região Sul, além de arrecadar mais que o Norte, possuía uma população maior e uma economia mais dinâmica, porém, permanece a indagação se tal cenário permaneceu ou alterou após a divisão. Além disso, cabe também observar que a análise das variáveis econômicas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período pós-divisão (1980-2000) deve permitir apurar se faz sentido a argumentação divisionista de que ambos os estados teriam melhores condições para obter um desenvolvimento regional tendo um menor território para ser governado. Tendo em conta o crescimento econômico registrado no período pós-divisão em Mato Grosso, procura-se também verificar se esse crescimento, ocorrido no período pós-divisão, resultou em melhora do bem-estar da população mato-grossense.

1. A POPULAÇÃO MATO-GROSSENSE NOS PERÍODOS PRÉ E PÓS-DIVISÃO

A importância desta discussão reside no fato de a população ser uma variável importante na compreensão do crescimento econômico. Baseado nos censos realizados nos anos 1970, 1980, 1991 e 2000 (tabela 1), percebe-se que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul obtiveram aumentos populacionais significativos. Em 1970 a região Norte do Estado, que hoje corresponde ao Estado de Mato Grosso, possuía uma população de 598.879 habitantes, e a região Sul que corresponde ao atual Estado de Mato Grosso do Sul, de 998.211 habitantes.

Contudo, em 1980 a população mato-grossense reduziu a diferença, e de forma significativa, de dez anos atrás, passou a contar com uma população de 1.138.691 contra 1.369.567 dos sul-mato-grossenses. Nos anos noventa o cenário populacional se inverte, e Mato Grosso passa a ter uma população maior que a de Mato Grosso do Sul, posto que o censo de 2000 registrou 2.504.353 habitantes para Mato Grosso e 2.078.001 habitantes para Mato Grosso do Sul.

Além disso, deve-se ressaltar que o percentual de participação da população do Estado de Mato Grosso em relação à Região Centro-Oeste tem aumentado de forma significativa, pois, enquanto em 1970 equivalia a apenas 13,15%, em 2000 passou a representar 21,52%, e em contrapartida, Mato Grosso do Sul apesar de também ter crescido de forma absoluta, viu o percentual de participação de sua população em relação ao Centro-Oeste cair de 21,91% em 1970 para 17,85% em 2000.

Outro fator digno de nota diz respeito ao fato de a taxa de crescimento populacional ser decrescente no decorrer desses trinta anos de análise. Veja que tanto Mato Grosso, quanto Mato Grosso do Sul apresentaram taxas de crescimento populacional decrescentes. No período 1970-80, Mato Grosso apresentou 6,64% e Mato Grosso do Sul 3,21% e na década 1991-2000, Mato Grosso reduziu para 2,38% e Mato Grosso do Sul para 1,73%.

⁴ BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Prosas com Governadores de Mato Grosso (1966 – 2006)*. Cuiabá: Carlini e Caniatio. 2007.

Tabela 1: Censo, taxa de crescimento populacional e percentual da população Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em relação à Região Centro-Oeste (1970 – 2000)

Anos (Censos)	1970	1980	1991	2000
Mato Grosso	598879	1138691	2027231	2504353
Crescimento Populacional de Mato Grosso (% a.a.)	-	6.64	5.38	2.38
% da população de MT em relação à Região Centro-	13.15	16.74	21.52	21.52
Mato Grosso do Sul	998211	1369567	1780373	2078001
Crescimento Populacional de Mato Grosso do Sul (%)	-	3.21	2.41	1.73
% da população de MS em relação à Região Centro-	21.91	20.14	18.9	17.85

Fonte: IBGE. Censos demográficos de 1970 a 2000, apud BAENINGER (2002, p. 136 e 137), elaboração própria.

Um dos motivos da taxa de crescimento de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentarem uma evolução decrescente seria resultado de transformações estruturais na sociedade que resultou em declínio da taxa de natalidade ocorrida nesse período. Essa tendência não era apenas um fenômeno registrado no Estado de Mato Grosso, pois, no Brasil, conforme PIAIA (1999, p. 155), [...] “não existe oficialmente uma política de controle de natalidade, mas, sim, a orientação de nossos governantes, para que a família faça o planejamento familiar”⁵

Mesmo que em Mato Grosso não tenha ocorrido uma política de controle de natalidade efetiva, a redução da taxa de crescimento populacional demonstra que de alguma forma existe uma conscientização por parte da população sobre a necessidade de redução da taxa de natalidade, não para conter o povoamento da região, pois, Mato Grosso não é um Estado populoso, mas, como um meio de reduzir o custo familiar, proporcionando um melhor padrão de vida para os familiares como um todo. O controle de natalidade tem sido facilitado devido a um maior acesso das famílias a métodos contraceptivos ou mesmo em função da própria evolução da “estrutura produtiva.”

Em se tratando da diferença populacional da região Sul em relação à região Norte, a história econômica nos mostra que existem diferenças no processo de ocupação da parte Norte e da parte Sul do território mato-grossense. Esse processo se inicia com a descoberta de ouro pelos bandeirantes que em Mato Grosso se instalaram por volta do século XVIII. Aliado a mineração, estava a atividade agropecuária que tinha inicialmente o objetivo de abastecer a população que em terras mato-grossense se instalou em busca de enriquecimento através do ouro. Foi então que, deduziu SILVA (1996, p. 201), “[...] enquanto a agropecuária se estabeleceu principalmente na região adjacente a Cuiabá, a criação de gado espalhou-se rapidamente pelo pantanal superior, principalmente no vale do rio Cuiabá”.

Com o aparente esgotamento do ouro na região norte, houve um deslocamento da população em busca de outras atividades, no entanto, com muita dificuldade encontravam atividades alternativas às quais pudessem se dedicar. Quanto à taxa de crescimento populacional de Mato Grosso ser pouco maior que a de Mato Grosso do Sul no período em análise, um dos motivos que pode vir a ser apontado diz respeito à inversão no processo migratório,⁶ ocorrida partir dos anos 70, em função de alguns projetos do Governo Federal, e do processo de colonização do Estado, motivado pela busca do governo em povoar a região, projeto esse, incentivado desde o governo de Getúlio Vargas, com a “Marcha para o Oeste”. Em apoio, MENDES (2006, p. 205), comenta que:

⁵O autor acrescenta também que em Mato Grosso, no ano de 1995, um projeto que previa o controle de natalidade no Estado tramitou na Assembléia Legislativa, provocando muita polêmica e protestos por parte das organizações de mulheres. Segundo essas organizações, não é o poder público que deve decidir quantos filhos a mulher deve ter. PIAIA (1999, p. 155)

⁶O Fluxo que era do norte para o sul devido ao esgotamento do “ouro de aluvião”, agora se invertia em função do processo migratório verificado nesse período.

As políticas adotadas pelo Estado através de programas como Proterra, Polocentro e Poloamazônia, a partir de então, provocaram várias mudanças no estado, alterando o padrão de povoamento juntamente com a colonização efetivada por empresas privadas.

Essas políticas adotadas no período pré-divisão (colonização e projetos do Governo) vão apresentar resultados no período pós-divisão, quando a população da região Sul, agora Estado do Mato Grosso do Sul, acaba sendo ultrapassada pela população do Estado remanescente: Mato Grosso. Para PIAIA (1999, p. 33), alguns dos fatores que atraíram os fluxos migratórios de várias regiões para Mato Grosso, foram os seguintes:

1º - O nordeste vivia uma situação de estagnação econômica; os solos encontravam-se exauridos e desgastados pela intensa utilização da terra o que diminuía a produtividade [...] Os camponeses empobrecidos fundaram as ligas camponesas, exigindo a Reforma Agrária e a repartição do latifúndio. O golpe militar de 1964 prendeu e/ou matou os líderes das ligas camponesas, dando fim ao sonho dos agricultores, restando a estes apenas a alternativa de migrarem para novas áreas de fronteira agrícola. 2º Em São Paulo e estados do Sul, os fatores de expulsão dos agricultores estão relacionados ao processo de modernização da agricultura, que supervaloriza a terra, restringindo o acesso apenas aos que podem pagá-la, diminui a necessidade de braços na lavoura e promove a concentração de terras[...] 3º - Outros elementos como a construção de Brasília e a abertura de rodovias que atravessam o Centro-Oeste na direção da Amazônia.

Além do processo de colonização e da migração ocorrida em Mato Grosso, outro fator digno de nota que pode ter contribuído para que o seu crescimento populacional fosse maior que o crescimento de Mato Grosso do Sul foi a implantação de rodovias, e que após a década de 50, acabou se tornando um dos principais determinantes para a ocupação do Estado.⁷ No entanto, cabe registrar que apesar de todo o seu crescimento populacional significativo, Mato Grosso possui ainda uma das densidades populacionais mais baixas do país, ou seja, não só a região mato-grossense, mas grande parte do território brasileiro ainda está por ser ocupado.

2. A ECONOMIA MATO-GROSSENSE NOS PERÍODOS PRÉ E PÓS-DIVISÃO

O principal argumento levantado pelos sulistas divisionistas era o fato de a região Sul arrecadar mais de dois terços da arrecadação estadual total⁸. De fato, há estudos que descrevem essa realidade na economia mato-grossense desde a década de 30. Emílio Garcia Barbosa afirmou que “[...] a arrecadação no sul, somava mais de dois terços da totalidade”⁹. E Arlindo de Andrade acrescentou dizendo que “[...] já em 1925, os municípios do Sul, arrecadavam um total de 1.348:965\$249rs, limitando-se a arrecadação do Centro e Norte à 561:630\$400rs”¹⁰.

Esses estudos se limitam à primeira metade do século XX, porém este artigo pretende realizar uma análise econômica dos períodos pré e pós-divisão, período na qual uma análise salientando as diferenças econômicas do Sul e Norte de Mato Grosso continua tímida.

⁷SILVA, José A. *Crescimento populacional e ocupação recente em Mato Grosso*. In: CADERNO DE ESTUDOS SOCIAIS; Recife, 1997.

⁸Acerca disso, BITTAR (1999, p. 72), relata que, “Oclécio Barbosa Martins (...) afirmava: “O sul possui tudo, menos administração”. Essa crítica, aliada à ideia de que “o estado vive hoje do que rende o sul”, passou a ser, a partir dos anos 30, o mais forte argumento do separatismo, que teve na Liga Sul-Mato-Grossense seu momento de atuação mais eloqüente”.

⁹ BARBOSA, Emílio Garcia. *Os Barbosas em Mato Grosso, estudo histórico*. Campo Grande, 1961. Pág. 56. *Apud* Bittar, Marisa. Op. Cit., 1999, p. 71.

¹⁰ ANDRADE, Arlindo. *Erros da federação*, São Paulo, 1934. Pág. 186 *apud* Bittar, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande, 1999. Pág. 71

2.1. Agropecuária mato-grossense

Nas análises sobre o desempenho econômico de uma região, necessariamente deve-se averiguar as variáveis que mais influenciam ou dinamizam a economia. No caso de Mato Grosso, com características rurais e desempenho agropecuário com destaque em todo o país, é indispensável que a agropecuária mato-grossense participe da averiguação proposta. De acordo com MENDES (2006, p. 181)¹¹ “O agronegócio é o setor mais dinâmico da economia mato-grossense. Historicamente Mato Grosso sempre teve sua economia baseada na agropecuária”.

É por isso que são destacados na pesquisa alguns aspectos da agropecuária mato-grossense com seus principais indicadores, tanto em Mato Grosso quanto em Mato Grosso do Sul no período de 1970 a 2000. É importante salientar que a agropecuária mato-grossense no período pré-divisão sofreu influências externas tanto nacionais como internacionais. Entre as principais, as crises do petróleo ocorridas na década de 70 na qual segundo HECK (2006, p. 72 e 73) “[...] os preços dos barris de petróleo quadruplicaram, passando de US\$ 3,00 para US\$ 12,00 afetando... toda a economia brasileira a medida que os investimentos internacionais se reduz... A produção agrícola torna-se um mecanismo de controle de preços”.

Em prosseguimento aos acontecimentos mais relevantes no desenvolvimento da agropecuária, destaca-se na década de 1990, três acontecimentos relevantes:

O primeiro é o processo cada vez maior de abertura das economias nacionais a outros mercados [...] é o chamado liberalismo econômico [...] a agricultura brasileira patrocinada em grande parte pela iniciativa privada se vê obrigada a competir com outros países que apesar de não possuírem tarifas incidentes diretamente sobre os produtos ainda subsidiavam indiretamente grande parte do setor primário. O segundo é a formação do bloco econômico do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, em 1991 [...] O Brasil conquistou muitos mercados nos países vizinhos, porém, para a agricultura, e alguns produtos em particular como é o caso do trigo, foi posta em xeque à medida que estes países possuem uma forte vocação agrícola. Por fim, o terceiro evento que se deve considerar é a implantação do Plano Real, em 1994, trouxe consigo uma nova política cambial de paridade da moeda brasileira com a moeda estadunidense. A adoção desta política trás dois reflexos sobre a agricultura brasileira. De um lado, permite a incorporação de novas tecnologias importadas que se tornam mais acessíveis aos produtores nacionais e, de outro lado, torna os produtos agrícolas brasileiros menos competitivos no mercado internacional. (HECK, 2006, p. 73 e 74)

A característica de produção voltada para a exportação tem como fator dinamizador os incentivos do Governo Federal. É fato que um dos primeiros projetos do Governo Federal de incentivo à ocupação da fronteira Centro-Oeste do país, a “Marcha para o Oeste”, de Getúlio Vargas, tenha contribuído para a colonização do Estado. No entanto, cabe observar que tais mudanças acabaram não sendo tão significativas, como mostra HECK (2006, p. 78), ao afirmar que “[...] na prática não teve muitos efeitos, apenas contribuindo para o surgimento de algumas colônias”.

Para HECK (2006, p. 74 e 75), as políticas agrícolas implementadas “[...] representam um conjunto de ações econômicas voltadas para o setor primário que visam a ampliação da produção de alimentos através da concessão de créditos, subsídios, seguros entre outros”. Entre as principais políticas a se destacar estão o Crédito Rural, principal instrumento utilizado pelo Governo desde 1937 em todo o Brasil, Fundo Nacional da Agricultura (FUNAGRI), Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), Crédito Rural Supervisionado¹² e a Política de Garantia

¹¹ MENDES, Marcos Amaral. *História e Geografia de Mato Grosso*. 2. Ed. Cuiabá: ABDR, 2006.

¹² Sobreviveu por pouco tempo, sendo adotado a partir de 1965 e acabando em 1968, a característica fundamental era o fato de a propriedade ser assistida como um todo em suas necessidades. (HECK, 2006, p. 75).

de Preços Mínimos (PGPM) utilizada a partir da década de 80. Porém, a existência dessas políticas agrícolas não foram suficiente para a efetivação do desenvolvimento que redundou em “crescimento desigual”. Isso porque, Conforme PIAIA (1999, p.45),

Boa parte dos agricultores (geralmente mini-fundiários) não conseguem os créditos agrícolas, ou quando conseguem não têm condições de acompanhar as altas taxas de juros cobradas pelos bancos. A maioria desses agricultores acaba perdendo suas terras que foram hipotecadas aos bancos, ou, então, vendidas a outros agricultores “bem sucedidos”. Abandonam o campo e vão morar nas periferias das cidades.

Acreditava-se à época que o setor agropecuário de Mato Grosso acabou sendo um dos maiores beneficiados com a vinda dos imigrantes motivada pela implantação dos programas do Governo Federal, sem destacar, obviamente, os problemas trazidos pelo “Mito do Eldorado” que não foram poucos. Segundo OLIVEIRA (2001, p. 144) “[...] Mato Grosso ocupou posição privilegiada nesse processo, pois, foi contemplado com recursos de todos esses programas governamentais. Por isso, constituiu-se em área preferencial para a implantação de projetos de colonização privada no país”¹³.

Pelo exposto, parece que esses programas do Governo Federal, permitiram o desenvolvimento da produção e da mecanização da agricultura em larga escala, vindo de um lado ao encontro das necessidades da região devido as condições precárias em infra-estrutura, má qualidade do solo, ausência de meios de transportes adequados e ausência de energia elétrica, e por outro, as terras da concentração e centralização do capital. Quanto à questão da modernização da produção agrícola PEREIRA et. al. (2008, p. 44 e 45), relata que “A partir do final do decênio dos anos setenta, acompanhando a tendência do agro nacional, o contínuo avanço do capital industrial no ambiente agropecuário implicou em acentuada transformação e diferenciação das características básicas do agro mato-grossense”.

No entanto, cabe ressaltar que conforme PEREIRA (2008, p. 47), “[...] nem tudo é maravilha quando se fala em modernização da agricultura. Pelo contrário, esse processo de desenvolvimento capitalista [...] vem trazendo uma série de problemas que, no conjunto, define o que se tem chamado de questão agrária no Brasil”¹⁴. Para auxiliar na resolução dos problemas sociais possivelmente acarretados pela modernização “conservadora e dolorosa” do setor, e com o intuito de dar suporte ao desenvolvimento de uma fronteira agrícola de grande potencial econômico que surgia no sul do estado, é que acabou tendo de ser criado em 13 de junho de 1975, a Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual de Dourados (UEPAE de Dourados), e da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)¹⁵.

Sobre o desenvolvimento da agropecuária mato-grossense, pode-se afirmar que Mato Grosso, um Estado que já foi extrativista mineral nos primórdios da sua história econômica e que já teve auge como extrativista vegetal, no início do século XXI para se consolidar como agropecuário.

Na tabela 2 são apresentados o PIB da agropecuária de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nos períodos pré e pós-divisão (1975 – 2000). Note que os números absolutos demonstram a superioridade do setor de Mato Grosso do Sul em relação à Mato Grosso. Em 1975, na agropecuária de Mato Grosso o Sul apresentava um montante de R\$ 1.393.198 enquanto que o Norte apresentava R\$ 519.795. Mato Grosso continuou apresentando um PIB agropecuário menor que Mato Grosso do Sul durante o período pós-divisão até o ano 2000,

¹³O autor afirma que aproximadamente 90% dos projetos particulares de colonização foram implantados em Mato Grosso na década de 70. (OLIVEIRA, A. de. *Agricultura Camponesa no Brasil*. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.)

¹⁴GRAZIANO NETO, F. *Questão agrária e ecologia: crítica à moderna agricultura*. São Paulo, 1986, p. 44 apud PIAIA, I. I. *Geografia de Mato Grosso*, Cuiabá, 1999, p. 43.

¹⁵EMBRAPA. *Agropecuária de Mato Grosso*. Disponível em: www.cpa0.embrapa.br/unidade/historico. Acesso: 05/01/2008.

quando pela primeira vez conseguiu superá-lo arrecadando R\$ 3.282.926 frente os R\$ 3.113.524 de Mato Grosso do Sul.

Pode-se observar que a superioridade da agropecuária de Mato Grosso frente Mato Grosso do Sul é consequência de um maior incremento que a agropecuária mato-grossense obteve no período de 1986 a 2000, revelada pelos números índices demonstrados na tabela 2. Percebe-se ainda que, tendo como base o ano de 1975, os incrementos de Mato Grosso passaram a ser maiores que o de Mato Grosso do Sul, a partir de 1986, sendo que em 2000, Mato Grosso apresentou um incremento representado na tabela 2 pelo número índice de 632 contra 223 de Mato Grosso do Sul. Aliás, o crescimento de Mato Grosso do Sul, nem foi absoluto, pois alterna com quedas e alavancagens entre os anos (1990-92) e (1996-98), e vê a sua participação percentual em relação à Região Centro-Oeste cair de um pico de 44% em 1980 para 31% em 2000. Por sua vez Mato Grosso que também andou alternando altos e baixos em seus dados nominais, pode considerar o setor como em crescimento, devido a uma maior participação do setor em relação à Região Centro-Oeste. Enquanto equivalia a apenas 11% em 1975, cresceu para 33% em 2000.

Tabela 2: PIB da Agropecuária e números índices de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1975 a 2000. (Unidade: R\$ do ano 2000)

Anos	MT (mil R\$)	% de MT no Centro-	Índice base: 1975	MS (mil R\$)	% de MS no Centro-Oeste	Índice base: 1975
1975	519795	11.0	100	1393198	29.6	100
1980	1104554	13.3	212	3665700	44.2	263
1986	1817987	20.2	350	3704481	41.1	266
1988	2178250	26.5	419	3063373	37.3	220
1990	860409	15.4	166	2422086	43.3	174
1992	825142	16.0	159	2079865	40.2	149
1994	1995770	21.8	384	3361424	36.8	241
1996	1602468	21.7	308	2875964	39.0	206
1998	1927029	24.3	371	2795485	35.2	201
2000	3282926	33.0	632	3113524	31.3	223

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

2.2. Arrecadação Estadual (1970 – 1977)

No intuito de encontrar respostas que possam respaldar os questionamentos apresentados acerca das argumentações divisionistas na área econômica, tornou-se necessário conhecer a arrecadação estadual¹⁶ das regiões Norte e Sul de Mato Grosso no período de 1970 a 1977.

A tabela 3 apresenta dados da arrecadação das partes Norte e Sul do Estado no período de 1970 a 1977. Os dados apresentam certo equilíbrio entre as arrecadações até o ano de 1973. Nos anos anteriores há uma leve superioridade do Sul no biênio 1970/71, mas o Norte arrecadou mais no biênio 1972/1973. Os dados são apenas nominais, portanto, recorre-se aos números índices para a averiguação do montante de acréscimo que cada região obteve no período em análise. Portanto, tendo como base o ano de 1970, os números índices indicam que em apenas dois anos o montante de incremento do Norte foi maior que o do Sul (1972 e 1973), sendo que nos outros anos o Sul teve proeminência não só absoluta, mas também relativa, pois, o incremento dos últimos anos foi incrivelmente maior que os do Norte. Em consequência, o Sul obteve em 1977 aproximadamente 71% de toda a arrecadação total do Estado. Tal superioridade econômica do Sul já foi maior, já que, em 1974, arrecadou 74% do

¹⁶ A arrecadação estadual não descreve a economia de uma região em sua totalidade, no entanto, a arrecadação é o conceito central utilizado pelos divisionistas como um dos motivos para justificar a divisão.

total, confirmando o seu dinamismo econômico frente ao Norte. De fato, a tão alardeada superioridade econômica que o Sul esbanjava como justificativa para defender a divisão se verificou também nesse período.

Tabela 3: Arrecadação, porcentagem do total e índice relativo ao norte e ao sul de Mato Grosso no período de 1970 a 1977 (Unidade: 1,00 Cr\$)

Anos	Norte	% do total	Índice: Base: 1970	Sul	% do total	Índice Base: 1970
1970	51.914.852	41.0	100	74.841.643	59.0	100
1971	62.035.460	36.7	119	107.013.495	63.3	143
1972	167.010.276	50.8	322	161.464.002	49.2	216
1973	229.740.183	53.6	443	199.028.054	46.4	266
1974	105.461.212	25.9	203	301.938.744	74.1	403
1975	152.410.559	27.6	294	399.102.815	72.4	533
1976	281.460.761	29.4	542	676.263.896	70.6	904
1977	505.618.200	29	974	1.226.808.600	70.8	1639

Fonte: SEPLAN/MT anuário estatístico de 1968 a 1990. Elaboração própria.

Para o período pós-divisão (1980 – 2000) ao invés do indicador arrecadação estadual, utilizar-se-á o PIB estadual. Além disso, também será dado um foco especial à indústria de ambas as regiões por considerar também um indicador da economia das regiões em análise.

3. CRESCIMENTO DO PIB E DA INDÚSTRIA DE MATO GROSSO NO PERÍODO PÓS-DIVISÃO

3.1 PIB e PIB *per capita* Estadual (1980 – 2000)

Para a averiguação do crescimento da economia mato-grossense, serão utilizados os dados do PIB de Mato Grosso. Isso porque, segundo WONNACOTT (1982, p. 128) “[...] uma das maneiras de se avaliar o desempenho da economia é através da medição da produção agregada de bens e serviços”. Portanto, a maneira mais clássica e tradicional de se examinar o crescimento econômico de uma região específica é avaliando o crescimento do seu PIB.

Conforme a tabela 4, até o início da década de 90 o PIB estadual de Mato Grosso do Sul ainda superava a de Mato Grosso, mas a partir de 2000, com uma soma de 13.428.352,58, Mato Grosso vê o seu PIB estadual superar o de Mato Grosso do Sul, que no mesmo ano arrecadou R\$ 11.861,42. Mato Grosso já tinha conseguido superar Mato Grosso do Sul no ano de 1992 e 1994, voltando a ser superado em 1996 e 1998, mas a partir de 2000 o PIB estadual de Mato Grosso voltou a ultrapassar o de Mato Grosso do Sul.

As porcentagens de participação percentual do PIB Estadual de Mato Grosso em relação à Região Centro-Oeste e ao Brasil também só cresceram no período pós-divisão. A tabela 4 mostra que em 1975, o PIB estadual de Mato Grosso equivalia a 10,4% do Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul 19,2%, mas em 2000, a porcentagem sobe para 17,5% e o de Mato Grosso do Sul cai para 15,5%. Os números índices descrevem Mato Grosso como tendo um montante maior de incremento durante o período em análise, sendo que em 2000, o incremento de Mato Grosso em relação ao ano base (1975) é praticamente o dobro do montante incrementado em Mato Grosso do Sul.

Tabela 4: PIB de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, percentual de participação do PIB de MT e MS no PIB da Região Centro-Oeste e números índices no período de 1980 a 2000.

Anos	PIB de MT	% de MT no	Índice base:	PIB de MS	% de MS no	Índice base:
		CO	1980		CO	1980
1975	2072807	10.4	100	3823331	19.2	100
1980	4600512	11.2	222	8294408	20.2	217
1986	7148043	15.1	345	9507046	20.1	249
1988	8339396	17.2	402	9359462	19.3	245
1990	7700032	16.2	371	8852275	18.6	232
1992	8840071	16.8	426	8743852	16.6	229
1994	11306067	18.1	545	11266737	18.1	295
1996	10268808	16.8	495	10748953	17.5	281
1998	11404352	15.8	550	11574939	16.1	303
2000	13428289	17.5	648	11861168	15.5	310

Fonte: Ipeadata. Elaboração própria.

O PIB per capita em Mato Grosso tem crescido nos últimos anos, e chegou a alcançar em 2000 a taxa de 5,3%, mas o de Mato Grosso do sul obteve 5,6%. Ambos ainda possuem um PIB *per capita* menor que os registrados no mesmo período da Região Centro-Oeste e Brasil.

Tabela 5: PIB per capita de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Região Centro-Oeste e Brasil no período de 1986 a 2004

Anos	MT	MS	CENTRO OESTE	BRASIL
1986	4.40	5.96	5.20	6.54
1988	4.67	5.61	5.05	6.95
1990	3.75	4.94	5.01	6.25
1992	4.13	4.73	5.29	6.09
1994	5.06	5.90	6.01	6.52
1996	4.41	5.46	5.66	6.09
1998	4.71	5.72	6.40	6.52
2000	5.30	5.66	6.50	6.24

Fonte: Ipeadata. Elaboração própria.

3.2. Indústria

A tendência da indústria mato-grossense no período pós-divisão é de servir como apoio para o agronegócio, bem como auxiliar no processo de modernização do setor agropecuário no decorrer dos anos. É fato que durante todo o período pré-divisão, a indústria mato-grossense permaneceu tímida, sem apresentar números significativos, ao se comparar com os números apresentados pela produção agropecuária de Mato Grosso. Para BORGES (2001, p. 95), “Embora não se tenha desenvolvido, no período 1870 a 1930, um processo de industrialização em Mato Grosso, pode-se notar que várias fábricas foram instaladas tendo em vista atender ao mercado interno”.

No período pós-divisão, nota-se ao visualizar a tabela 6, que Mato Grosso do Sul apresenta em todo o período números absolutos pouco maiores que os de Mato Grosso. Em relação à porcentagem na Região Centro-Oeste, Mato Grosso apresentou uma leve elevação durante os anos 1980 a 1996, subindo de 13% para 19%, já Mato Grosso do Sul se manteve na maior parte dos anos no patamar dos 19%, subiu até 21% em 1998, caiu para 19% em 2000, quase se igualando a Mato Grosso.

Os números apresentados pela indústria mato-grossense estão entre os poucos que no período pós-divisão apresentam superioridade de Mato Grosso do Sul em relação à Mato Grosso em todos os anos apresentados na tabela. Essa tendência demonstra o quão tímida ainda se encontra a indústria mato-grossense. Tendo em vista a força que o agronegócio exerce sobre a economia mato-grossense, é natural e razoável considerar que essa tendência ainda permaneça por um bom período de tempo.

Tabela 6: PIB da indústria de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, percentual de participação em relação ao Centro-Oeste e números índices no período de 1980 a 2000

anos	MT	% de MT no Centro-Oeste	Índice base: 1980	MS	% de MS no Centro-	Índice base: 1980
1980	945.598	13.8	100	1.305.204	19.1	100
1986	1.273.219	13.3	135	1.663.795	17.4	127
1988	1.518.846	15.7	161	1.594.176	16.5	96
1990	1.390.794	17.0	147	1.416.949	17.3	89
1992	1.802.438	18.9	191	1.872.364	19.6	132
1994	2.219.538	18.5	235	2.368.424	19.8	126
1996	2.143.066	19.5	227	2.269.217	20.7	96
1998	2.349.583	18.9	248	2.636.673	21.2	116
2000	2.620.808	19.1	277	2.624.278	19.1	100

Fonte: Ipeadata. Elaboração própria.

4. INDICADORES SOCIAIS DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL

Para demonstração do crescimento econômico de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, recorreu-se naturalmente as variáveis que melhor descreviam a economia de ambas as regiões.¹⁷ São elas, população, produção agropecuária, produção industrial, arrecadação estadual¹⁸, PIB e PIB *per capita* estadual. Todos esses indicadores, sem exceção, possuem características quantitativas o que fazem deles, excelentes variáveis para demonstrar a evolução da economia de determinada região. No entanto, o crescimento dessas variáveis, não implica necessariamente em crescimento do bem-estar social, conceito demonstrado por outras variáveis de caráter qualitativo, geralmente denominado de indicadores sociais.

Portanto, o crescimento econômico de determinada região possuirá um valor social se o crescimento dessa economia gerar alguma melhora no bem-estar de sua população. Neste caso, os indicadores sociais são os mesmos que vão medir o nível do desenvolvimento econômico da região. Tendo como fato o crescimento de Mato Grosso no período pós-divisão, pergunta-se, teria esse crescimento influenciado de alguma forma os indicadores sociais do Estado de Mato Grosso? Para averiguar essa questão foi utilizado um instrumento estatístico denominado Coeficiente de Correlação de Pearson que possibilita a realização de uma análise sobre o grau de correlação entre o PIB *per capita* e os principais indicadores de desenvolvimento econômico de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

A utilização do PIB *per capita* nessa análise justifica-se pelo fato de os autores econômicos terem o hábito de definirem esse indicador como o principal indicador de crescimento econômico. WONNACOTT (1982, p. 128), por exemplo, afirma que “[...] uma das maneiras de se avaliar o desempenho da economia é através da medição da produção agregada de bens e serviços”. Sobre a conceituação do PIB, PEREIRA (2001, p.76) relata que, “Por definição, o Produto Interno Bruto (PIB) [...] Expressa a estimativa do fluxo total de bens e serviços finais produzidos por dado sistema econômico, em determinado período”. Quanto às definições de crescimento e desenvolvimento, e também quanto aos seus

¹⁷ Optou-se por evitar a utilização do termo “em ambos os estados” devido a pesquisa abranger um período em que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul eram apenas regiões norte e sul de Mato Grosso.

¹⁸ Apenas para o período pré-divisão (1970 a 1977).

indicadores, VASCONCELLOS (2004, p. 210) define sucintamente o crescimento econômico da seguinte maneira:

Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda *per capita* ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)

Dentro dessa perspectiva de VASCONCELLOS (2004), a utilização do indicador PIB *per capita* (razão do PIB estadual total com a população daquele território), seria mais viável para a presente análise, tendo em vista que o PIB estadual *per capita*, leva em conta também o crescimento populacional frente ao crescimento da renda.

O primeiro indicador social a ser analisado é o IDH¹⁹. Conforme o IPEADATA (2008), “[...] é obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, referentes às dimensões Longevidade, Educação e Renda”. Também serão conceituadas e analisadas alguns outros indicadores sociais de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período pós-divisão para posteriormente correlacionar os dados obtidos com o PIB *per capita* dos Estados, e para averiguação do grau de influência que o crescimento no período pós-divisão possa vir a ter exercido sobre o bem-estar da população no mesmo período.

4.1. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Os dados recolhidos no IPEADATA sobre o IDH de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul foram disponibilizados de dez em dez anos. Então, baseados nos dados censitários realizados em 1970, 1980, 1991 e 2000, reconstituiu-se a tabela 7. Cabe lembrar que o IDH varia de 0 a 1, na qual, quanto mais próximo de zero significa menos desenvolvimento e quanto mais próximo de um, significa mais desenvolvimento.

Tendo como base essa classificação, podemos considerar que tanto Mato Grosso, quanto Mato Grosso do Sul possuem um IDH baixo caracterizando-os como sociedades “subdesenvolvidas”, na qual Mato Grosso (na época apenas região norte de Mato Grosso) se destacava por ter um IDH pior que a região sul, com um índice de apenas 0.396, contra 0.437 de Mato Grosso do Sul. Aliás, tanto os Estados quanto a nação tiveram seus índices alavancados devido as tais transformações infra-estruturais ocorridas nesse período na sociedade brasileira como a redução da taxa de natalidade, redução da taxa de mortalidade e a elevação positiva de outros indicadores sociais que podem ser vistos com mais detalhes na sequência desta dissertação.

Comparando-se apenas a evolução do IDH de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, percebe-se um nivelamento entre as regiões com leve superioridade da região sul, o que de antemão já revela que apesar de ter possuído um crescimento econômico significativo e maior que Mato Grosso do Sul, o Estado de Mato Grosso não teve o mesmo desempenho em se tratando de desenvolvimento econômico.

Tabela 7: IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Brasil no período de 1970 a 2000. Unidade: (%)

Anos	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Brasil
1970	0.396	0.437	0.462
1980	0.618	0.69	0.685
1991	0.702	0.702	0.742
2000	0.773	0.778	0.766

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

¹⁹ Índice de Desenvolvimento Humano.

4.2. Outros indicadores sociais

Quanto aos outros indicadores sociais a serem analisados o Indicador de Renda (representado pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a linha de pobreza); Indicador de Desigualdade (representado pelo Índice de Gini); Indicador de Educação (representado pelo percentual de analfabetos); Indicador de Saneamento (representado pelo percentual de domicílios que disponibilizam de rede de esgoto ou fossa séptica); Indicador de Emprego (representado pelo percentual de pessoas ocupadas em relação à população total).

4.2.1. Renda

O indicador de renda contempla a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a linha de pobreza. Foram coletados dados dos anos pares de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998.

Na tabela 8 pode-se constatar que o percentual de pessoas com renda abaixo da linha da pobreza caiu levemente durante o período pós-divisão em ambos os Estados. Comparando-se Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, percebe-se semelhança entre os dados, já que ambos se alternam na quantidade de pessoas abaixo da linha da pobreza. Como o crescimento do PIB *per capita* e a proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza são indicadores inversamente proporcionais, é natural que esse crescimento possa ter impulsionado a redução da pobreza desde que o modelo de crescimento implantado na região tenha características voltadas para a implantação da justiça social.

No entanto, como esse indicador de renda apresentou uma variação tão baixa comparando-se com a variação do PIB *per capita*, parece ter havido pouca influência desse crescimento sobre a redução da proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza. Em 1982, Mato Grosso tinha 3,4% de pessoas abaixo da linha da pobreza contra 2,9% de Mato Grosso do Sul, e em 1998, Mato Grosso baixou para 2,0% e Mato Grosso do Sul para 2,3%, ou seja, Mato Grosso que possuía mais pobres no início do período pós-divisão, vê esse percentual se reduzir mais que o percentual de Mato Grosso do Sul. Mesmo que esse crescimento do PIB *per capita* tenha exercido alguma influência sobre a redução da pobreza, acabou não sendo suficiente para acarretar impactos mais significativos.

Tabela 8: Proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a linha de pobreza de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998. Unidade: (%)

Anos	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso
1982	0.29	0.34
1984	0.35	0.38
1986	0.11	0.12
1988	0.36	0.37
1990	0.32	0.3
1992	0.32	0.36
1996	0.27	0.27
1998	0.2	0.23

Fonte: Ipeadata, elaboração própria.

O crescimento econômico de uma região não resultará em redução da pobreza a menos que atinja todas as classes sociais de forma proporcional. Essa redução será possível quando o crescimento proporcionar mais empregos e salários melhores. Além disso, o governo precisa se preocupar com os indivíduos que estão na situação de extrema-pobreza, tendo em vista que uma melhoria no mercado de trabalho e no salário do trabalhador poderia não beneficiá-los, considerando que a maioria deles não estão inseridas no contexto. Em Mato Grosso tem havido um crescimento acima da média nacional, no entanto, mantêm o percentual de pessoas

com renda abaixo da linha de pobreza na mesma média de Mato Grosso do Sul que não obteve o mesmo crescimento econômico que Mato Grosso.

3.2.2. Desigualdade

O indicador de desigualdade selecionado foi o Índice de Gini. De acordo com o Índice de Gini, quanto mais próximo de um, mais elevada a concentração da renda, quanto mais próximo de zero, o indicativo de que a sociedade tem uma renda bem distribuída. Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentam números próximos não evidenciando qual Estado tenha sua renda mais concentrada. Em 1982, Mato Grosso apresentou uma taxa de 0.52 enquanto que Mato Grosso do Sul 0.54. Em 1998 Mato Grosso apresentou 0.576 e Mato Grosso do Sul 0.541, portanto, Mato Grosso apresentou uma concentração de renda pouco maior que Mato Grosso do Sul nesse ano.

Tabela 9: Índice de Gini de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998

Anos	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso
1982	0.54	0.52
1984	0.553	0.554
1986	0.548	0.595
1988	0.639	0.624
1990	0.586	0.562
1992	0.585	0.517
1996	0.587	0.574
1998	0.541	0.576

Fonte: Ipeadata, elaboração própria.

Em Mato Grosso, apresentou-se no período em análise uma elevação na concentração da renda até o ano de 1988, reduzindo nos anos posteriores, e chegando a 57% em 1998. Quanto à Mato Grosso do Sul, o índice sofreu uma significativa elevação, onde de 54% em 1982, obteve um pico de 63% em 1988, mas, com o passar dos anos, voltou a reduzir a taxa se mantendo em 1998, quase no mesmo patamar que aquele registrado no ano inicial, ou seja, de aproximadamente 54%.

Credita-se a isso ao processo inflacionário que deveria ser combatida a qualquer custo, o que incluía também a elevação da carga tributária regressiva, na qual a renda do trabalhador das classes sociais mais baixas seria transferida para as classes médias e altas que possuíssem capacidade financeira para realizarem seus investimentos que por sua vez seriam responsáveis pela dinamização da economia. Quanto a essa questão, na visão de MALAGUTI (2006, p. 195)²⁰,

A carga tributária cresceu e atingiu um patamar jamais observado, muito acima inclusive do período do Estado desenvolvimentista em que era necessário alavancar uma elevada quantia de recursos para os inúmeros investimentos realizados na área de infra-estrutura, pesquisa e desenvolvimento. Essa carga foi elevada basicamente sobre as classes mais baixas da população, enquanto as classes mais altas foram privilegiadas com isenções, estancamento da progressividade na tributação e diferenciação de alíquotas, ou seja, alíquotas mais baixas como pode ser visto na tributação sobre os rendimentos sobre o capital.

Segundo a perspectiva apresentada, o governo optou por uma política de caráter regressiva, porém, com o intuito de impulsionar setores da economia que favorecessem a

²⁰ MALAGUTI, M. A política orçamentária no período de 1995-2005: Suas origens e seus impactos sobre a distribuição de renda no Brasil. Dissertação (Ms) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

elevação da dinamização da economia brasileira, fazendo retornar o crescimento econômico e o controle do processo inflacionário. Assim, a política orçamentária regressiva adotada, dificultou uma redução maior do Índice de Gini de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul nos anos 90.

Se a hipótese for verdadeira questiona-se, porque Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentaram leves reduções no Índice de Gini nos últimos anos da década de 90? MOREIRA (2007, p. 21), sugere que “[...] a redução se deve, principalmente, a mudanças no mercado de trabalho, além do desenvolvimento de redes efetivas de proteção social”. Além disso, há outro fator que contribuiu na diferença dos números de desigualdade dos anos 80 e 90. Segundo MOREIRA (2007, p. 21),

Nas décadas de 70 e 80, a piora é acompanhada por um aumento na renda das pessoas, com os mais ricos tendo maiores aumentos de renda que os mais pobres. A partir de 1990, a situação é bem diferente, tendo havido concentração de renda em um momento em que o PIB *per capita* caía, isto é, a média dos rendimentos das pessoas diminuía em termos reais.

Ou seja, uma redução na desigualdade verificada no fim dos anos 90 é mais fruto de mudanças estruturais na sociedade do que qualquer política que tenha sido adotada em favor do trabalhador, pois, com um ambiente de hiperinflação registrado na década de 80, as grandes elevações salariais dos mais ricos permitiam que os índices de desigualdade apresentassem números mais robustos dando uma falsa aparência de que houve melhora nos tempos atuais.

4.2.3. Educação

Entre os indicadores de educação, escolheu-se para análise, o percentual de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos de idade, pois, conforme VIANA (1968, p. 54), “[...] há um extenso labor a ser realizado por qualquer comunidade que aspire a alcançar estágios mais adiantados de progresso, por via da elevação do nível da capacidade técnica de sua população ativa, a começar pelo combate ao analfabetismo tanto no meio dos jovens como entre os adultos.”

Nesse quesito, Mato Grosso ainda tem apresentado de forma constante, uma porcentagem mais elevada de analfabetos na idade adulta que Mato Grosso do Sul. Porém, é interessante salientar que a queda da taxa se mostra significativa durante o período pós-divisão. Em 1982, 27% das pessoas com mais de 15 de idade eram analfabetas, em 1998 essa taxa se aproximava dos 10%. O Estado de Mato Grosso do Sul que tinha uma porcentagem menor em 1982 de aproximadamente 20% de analfabetos, também reduziu para quase 10% em 1998. Considerando que em 1982, Mato Grosso chegou a ter quase 30% de analfabetos com mais de 15 anos de idade, seus dados mostram que há uma relação inversa entre o crescimento econômico e a taxa de analfabetismo.

No entanto, não há muito que comemorar, considerando que a redução do analfabetismo, fenômeno verificado em todo o país, não parece ter representado exatamente uma melhoria na educação do país. Aliás, em se tratando de melhoria na educação, ARRUDA (2007, p. 40), afirma que “[...] o desafio de ampliar a escolaridade e a qualidade da educação no Brasil ainda se coloca de forma marcante, sobretudo em virtude da persistência de problemas como a má qualidade do ensino no Brasil”²¹.

Assim como o Brasil, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também carecem de qualidade em sua estrutura educacional, e, o que poderia solucionar esse tipo de problema, seria uma conscientização do governo acerca da busca pela qualificação da educação tendo em vista a necessidade de dois objetivos a serem alcançados nesse processo.

²¹ARRUDA, C. da S. Pobreza, crescimento econômico e acesso à educação: Uma avaliação econométrica dos estados brasileiros em painéis de dados. Dissertação (Ms) Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

Além do analfabetismo, há outros problemas estruturais de seriedade equivalente que contribuem na lentidão para a melhoria do ensino no país, e entre os principais destacam-se a porcentagem significativa de evasão escolar bem como as elevadas taxas de reprovação. Por outro lado, esses dois fatores certamente são influenciados pela falta de uma política mais consistente e agressiva junto à educação básica. ARRUDA (2007, p. 41), endossa essa idéia afirmando que, “[...] vários são os problemas da educação brasileira, e entre elas está a baixa qualidade da educação básica”.

Mas deve-se reconhecer que esse não é o único problema, aliás, não é tão simples separar o que é causa e o que é consequência acerca da má qualidade de ensino, pois, a falta de motivação pode-se dar em função da má remuneração dos profissionais e as vezes devido à péssima infra-estrutura no ambiente de trabalho, que dificultam o aprendizado do aluno e o ensino do professor.

Tabela 10: Percentual de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos de idade em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998. Unidade (%)

Anos	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso
1982	20.23	27.41
1984	17.15	23.13
1986	15.84	22.38
1988	17.56	22.44
1990	15.12	19.89
1992	13.79	15.81
1996	12.4	11.93
1998	11.8	11.22

Fonte: Ipeadata, elaboração própria.

4.2.4. Saneamento

A Lei 11.445 de 2008 que regula o saneamento básico no Brasil, estabelece também a participação de operadores regionais e locais, públicos e privados, no entanto, não é feita qualquer referência sobre quem seria o responsável máximo desse setor, se o Governo Estadual ou se o Governo Municipal. Até os anos 70, eram os municípios que detinham toda a responsabilidade pela operação, mas, segundo GRIGOLIN (2007, p. 28),

Pela primeira vez, foi instituída no país uma política nacional de saneamento – Planasa. Essa política consistiu num programa de financiamento com base em recursos públicos que foi responsável pela expansão de investimentos fundamentais para garantir a infra-estrutura urbana de apoio ao processo de industrialização da economia brasileira. Foram criados fundos de água e esgoto estaduais, além de programas estaduais trienais. O financiamento aos municípios passou a ser realizado conjuntamente pelo BNH e pelos governos estaduais, com a contrapartida obrigatória dos municípios e com a obrigação de que estes organizassem os serviços na forma de autarquia ou sociedades de economia mista.²²

O indicador social de saneamento escolhido é o percentual de pessoas com domicílios instalados com rede de esgoto ou fossa séptica²³. Mato Grosso apresentou uma elevação desse percentual maior que Mato Grosso do Sul. Em 1982 apenas 6% das pessoas tinham instalação de esgoto e fossa séptica, número que aumenta em 1998 para 33%, enquanto que Mato

²²GRIGOLIN, R. Setor de água e saneamento no Brasil: Regulamentação e eficiência. Dissertação (Ms). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2007.

²³As fossas sépticas segundo a conceituação da WIKIPÉDIA são unidades de tratamento primário de esgoto doméstico nas quais a separação e a transformação físico-química da matéria sólida contida no esgoto. É uma maneira simples e barata de disposição dos esgotos indicada, sobretudo, para a zona rural ou residências isoladas. Todavia, o tratamento não é completo como numa Estação de Tratamento de Esgotos.

Grosso do Sul que já possuía em 1982, 8% de pessoas com rede de esgoto, mas em 1998 elevou apenas para 24%. O saneamento básico é um dos indicadores que normalmente mais sofrem influência de um crescimento econômico em determinada região. No caso de Mato Grosso, o crescimento do percentual de pessoas com rede de esgoto e fossa séptica foi maior que Mato Grosso do Sul no período pós-divisão devido principalmente a um significativo investimento em infra-estrutura realizado na região, em função do processo de colonização verificado nesse período.

Tabela 11: Percentual de pessoas com domicílios instalados com rede de esgoto ou fossa séptica em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998. Unidade (%).

Anos	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso
1982	0.08	0.06
1984	0.08	0.11
1986	0.11	0.14
1988	0.07	0.2
1990	0.08	0.26
1992	0.06	0.21
1996	0.14	0.22
1998	0.24	0.33

Fonte: Ipeadata, elaboração própria.

4.2.5. Emprego

O indicador de emprego escolhido para a presente análise é o percentual de pessoas ocupadas na semana em que a pesquisa foi realizada pelo IPEADATA. Esses números foram disponibilizados pelo IPEADATA em quantidade de pessoas e posteriormente calculou-se o percentual de pessoas em relação à população total tendo como base as estimativas populacionais de ambos os estados no período em análise. Nota-se na tabela 12, que tanto Mato Grosso, quanto Mato Grosso do Sul apresentam elevações no percentual de pessoas ocupadas. Nos primeiros anos da análise, há uma leve superioridade de Mato Grosso do Sul em relação à Mato Grosso, mas, nos dois últimos anos da análise, 1996 e 1998, Mato Grosso obteve respectivamente 43,6 e 46,7% de pessoas ocupadas contra 45,3 e 45,3% de Mato Grosso do Sul.

A diferença é muito pequena para se considerar que algum Estado tenha tido alguma vantagem em relação ao emprego no período pós-divisão, mas, o que mais importa nesta análise refere-se ao fato de, apesar de não crescer com a mesma proporção que os dados do PIB e PIB *per capita* de Mato Grosso, o emprego tem-se elevado com o passar dos anos, e eleva-se diretamente em relação ao indicador de crescimento econômico. Contudo, mesmo que o crescimento econômico ocorrido no período tenha influenciado nesses dados, podem ter existido também outras variáveis, como o número de pessoas ocupadas em Mato Grosso.

Tabela 12: Percentual de pessoas ocupadas na semana de entrevista em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1982 a 1998.

Anos	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso
1982	36.1	36.9
1984	34.9	37.9
1986	34.4	40.1
1988	39.3	39.7
1990	41.1	41.0
1992	45.2	45.9
1996	43.6	45.3
1998	46.7	45.3

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

4.3. Correlação entre o PIB *per capita* estadual e os indicadores de desenvolvimento econômico

Mesmo que visualmente seja possível levantar algumas colocações acerca da pouca influência que o crescimento econômico exerceu sobre os dados sociais de Mato Grosso no mesmo período, é necessário realizar um cálculo mais preciso que mostre isso com maior clareza para tecer conclusões firmes sobre o assunto. Como já descrito anteriormente, o Coeficiente de Correlação de Pearson fornece uma idéia mais precisa.

Baseado nos dados da tabela 13 pode-se observar que o indicador de renda (pobreza) e saneamento (domicílios com esgoto e fossa séptica) praticamente não foram influenciados pelo PIB *per capita* em nenhum dos estados. Os dados que mais se correlacionam com o PIB *per capita* de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul é o indicador de desigualdade, índice de Gini, que chega aos 70% em Mato Grosso, e 64% em Mato Grosso do Sul, ou seja, o indicador social que mais acabou sendo influenciado pelo crescimento econômico do Estado, foi justamente o indicador que demonstra uma redução na qualidade de vida da população, em outras palavras, o crescimento econômico dessas regiões, além de não ter influenciado na maioria dos indicadores sociais dos estados, ainda contribuiu para que a renda fosse cada vez mais concentrada no período em análise.

Tabela 13: Correlação entre o indicador de crescimento econômico (PIB *per capita* Estadual) e os indicadores de desenvolvimento econômico (Renda, desigualdade, analfabetismo, saneamento) de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período pós-divisão (1980-2000)

	PIB <i>per capita</i> de MT	PIB <i>per capita</i> de MS
Renda	-0,31	-0,25
Desigualdade	-0,70	-0,64
Analfabetismo	-0,45	-0,25
Saneamento	0,06	0,22
Emprego	0,46	- 0,0006

Fonte: IPEADATA, elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise de alguns indicadores acerca da população, produção agropecuária, arrecadação estadual, PIB, PIB *per capita* e indústria pode-se levantar algumas questões importantes quanto à economia mato-grossense no período pré-divisão. Quanto à população, percebe-se que antes da divisão, a região Sul (agora Mato Grosso do Sul), tinha uma população maior que a região Norte no período pré-divisão, mas, a situação se inverte no período pós-divisão (1980, 1991 e 2000) com a elevação da população mato-grossense a ponto de ultrapassar o crescimento de Mato Grosso do Sul, e tornando-se maior demograficamente no período pós-divisão.

Em se tratando de produção agropecuária, Mato Grosso teve um incremento em sua produção, bem maior que o incremento de Mato Grosso do Sul. Tendo como produções principais, a soja e o algodão, Mato Grosso, vê a sua produção, ultrapassar a produção de Mato Grosso do Sul, do mesmo modo como ocorreu com a população. O investimento em tecnologia e genética favoreceu a instalação da soja em Mato Grosso e esses incrementos tecnológicos deram início a um processo de modernização da agricultura que favoreceu o crescimento acelerado do setor considerando que Mato Grosso do Sul tem ainda um vasto território e recursos naturais em substancial abundância, precisando apenas de infra-estrutura e mão-de-obra qualificada para que sua produção se efetive como a maior no setor agropecuário no Brasil. Ao menos até 2000, conseguiu tal feito em relação à Mato Grosso do Sul, por ter praticamente quase todas as variáveis econômicas sendo mais dinamizadas que as

variáveis econômicas de Mato Grosso do Sul. Portanto, é razoável considerar que houve crescimento econômico em Mato Grosso no período pós-divisão.

A arrecadação estadual verificada apenas no período pré-divisão (1970 a 1977) demonstra a incrível superioridade econômica que a região Sul de Mato Grosso possuía em relação à região Norte. Nos anos que antecedem o marco histórico da divisão, o Sul chegou a arrecadar aproximadamente 70% de toda a renda do Estado e mesmo assim, muito provavelmente isso não foi o motivo pela qual o governo militar resolveu dividir Mato Grosso. No entanto, cabe observar que os dados de renda agregada no período pós-divisão, refletem que o PIB estadual denota uma nova inversão de MT frente MS. Essa inversão não significa que MT tenha o dobro de MS em PIB estadual, mas, ao menos, demonstra que MT, teve um crescimento econômico maior que o crescimento de MS.

Porém, a maneira mais conceitual de caracterizar o crescimento econômico é demonstrar o ponto onde o crescimento do PIB apresenta-se maior que o crescimento populacional, ou seja, quando o indicador do PIB *per capita* obtém evolução em seus números. Como Mato Grosso obteve um crescimento populacional significativo em função da migração motivada pelo processo de colonização da região, contudo, o PIB *per capita* de Mato Grosso apresentou irregularidades, alternando-se com anos de crescimento e queda, e Mato Grosso do Sul que teve um crescimento populacional mais baixo, contribuiu para uma maior constância do seu PIB *per capita*.

Outro fato de relevância é a contribuição da colonização ocorrida num período que se inicia em 1943, mas que toma corpo apenas na década de 70, ao menos no que tange ao crescimento demográfico da região norte do Estado. Esse crescimento trouxe alguns benefícios, mas também inúmeros problemas que até hoje permanecem sem solução. Entre os problemas e os benefícios podemos destacar a luta do povo indígena contra a violação de seus direitos sobre as terras nas quais eles vivem, os investimentos cada vez maiores em criação de gado e tecnologia na agricultura, o aumento a concentração fundiária, a luta entre os garimpeiros e empresas mineradoras pelo direito de exploração do ouro da terra, os conflitos de terra cada vez mais intensos, o dinamismo na produção em função da diversificação produtiva, as melhorias no transporte rodoviário e o aumento do número de municípios no Estado.

Os programas de governo implantados no Estado na década de 70 foram em sua maioria os responsáveis pela elevação da produtividade agrícola de Mato Grosso, e contribuíram de forma decisiva para o aumento populacional em função do constante crescimento da imigração nesse período, e não apenas a divisão ocorrida em 1977.

Quanto à divisão de Mato Grosso, apesar de a maioria se expressar favoravelmente, ainda persiste a dificuldade de se ligar o crescimento econômico no período pós-divisão com a divisão em si. Mas é inegável que em alguns aspectos, a divisão de fato tenha sido um dos fatores propulsores, e que parece ter colocado um ponto final na disputa pelo poder entre as duas regiões: Norte e Sul.

Fundamentado na análise empírica realizada neste artigo, considera-se que o crescimento econômico ocorrido não levou ao desenvolvimento da região. Nesse período de intenso crescimento do Estado, verifica-se que os indicadores sociais não evoluíram na mesma intensidade, e apesar de apresentar correlação entre os dados, os mesmos são tidos como inexpressivos.

O que se pode fazer nesse momento é estar de alguma maneira investindo esse capital em políticas públicas que venham a atingir diretamente o bem-estar da sociedade em geral, pois o percentual de pessoas com renda abaixo da linha da pobreza, apesar de ter reduzido nesse período, não diminuiu mais em Mato Grosso do Sul, que apresentou crescimento econômico menor que Mato Grosso. Com relação à desigualdade apresentada com o indicador denominado Índice de Gini, os números de Mato Grosso não diferem tanto dos de

Mato Grosso do Sul, e o mesmo ocorre com os dados da educação, saneamento básico e emprego.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. *Erros da federação*. São Paulo: [s.n.], 1934.

ARRUDA, C. da S. *Pobreza, crescimento econômico e acesso à educação: Uma avaliação econométrica dos estados brasileiros em painéis de dados*. Dissertação (Ms) Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2007.

BARBOSA, E. G. *Os Barbosas em Mato Grosso, estudo histórico*. Campo Grande: Ed. Empresa Correio do Estado Ltda., 1961.

BITTAR, M. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso: 1870 a 1930*. São Paulo: Scortecci, 2001.

_____. *Prosas com Governadores de Mato Grosso 1966 – 2006*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2007.

GRAZIANO NETO, F. *Questão agrária e ecologia: crítica à moderna agricultura*. São Paulo, 1986, p. 44 apud PIAIA, I. I. *Geografia de Mato Grosso*, Cuiabá, 1999, p. 43.

GRIGOLIN, R. *Setor de água e saneamento no Brasil: Regulamentação e eficiência*. Dissertação (Ms). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2007.

HECK, C. R. *A Relação agricultura e desenvolvimento sob a ótica da geração de renda: o caso do município de Sorriso/MT*. Dissertação de Mestrado, UNIJUI, Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <www.dominiopublico.com.br>. Acesso em: 10/01/2009.

IBGE. *Estimativas projeções população 1980 a 2010*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01/10/2008.

IPEADATA. *Base de dados de 1980 a 2004*. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 01/10/2004.

LIGA SUL-MATOGROSSENSE, *A divisão de Mato Grosso*. 1933.

MALAGUTI, M. *A política orçamentária no período de 1985-2005: Suas origens e seus impactos sobre a distribuição da renda no Brasil*. Dissertação (Ms.) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MENDES, M. A. *História e Geografia de Mato Grosso*. Cuiabá: ABDR, 2006.

MOREIRA, G. R. C. *Políticas sociais, desigualdades pessoais e regionais da renda no Brasil: Uma análise de insumo-produto*. Dissertação (Ms) Universidade de São Paulo. Piracicaba, 2007.

OLIVEIRA, A. de. *Agricultura Camponesa no Brasil*. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PEREIRA, B. D. ET ALL. *Reflexões sobre efeitos sociais da modernização da agricultura de Mato Grosso*. Revista de Estudos Sociais / Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis – Ano 8, n. 1 e 2 (2006). Cuiabá: Ed. UFMT, 2008.

PIAIA, I. I. *Geografia de Mato Grosso*. 2. Ed. rev. Atual. Cuiabá: Ed. UNIC, 1999.

SEPLAN/MT. *Anuário Estatístico de MT 1970 a 2004*. Disponível em: <www.seplan.mt.gov.br>. Acesso em: 15/09/2008.

SILVA, J. A. *Crescimento Populacional e Ocupação Recente em Mato Grosso*. In: CADERNO DE ESTUDOS SOCIAIS; Recife v. 13 (1): 127 – 142, jan./jun. 1997 NEPO Id 3832.

SILVA, J. V. *A divisão do Estado de Mato Grosso: (uma visão histórica 1892 – 1977)*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1996.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. *Fundamentos de Economia*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VIANA, C. da R. *A dinâmica do desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

WONNACOTT, P. *Economia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.